



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

> Conselho Deontologia do Porto

Processo Disciplinar nº 229/2012- Acórdão de 14 de Junho de 2013

Assunto: Relações com os clientes - Dever de Entrega de Valores - Direito de Retenção

Parecer

Sumário

I - O Advogado que abate os seus honorários, sem autorização do seu cliente, no montante da 1ª prestação do acordo em prestações estabelecendo *per si*, tem uma conduta em nada adequada com a dignidade e responsabilidade do exercício da profissão, prejudicando os fins e o prestígio da Ordem dos Advogados.

II - Em qualquer relação social e/ou profissional as boas contas revelam as boas pessoas e as boas relações.

III - Ora, como é *praxis* em qualquer relação social e/ou profissional, assume particular relevo no exercício do advocacia onde, justamente, o cliente começa por confiar ao advogado, não se vislumbrando existir relações profissionais de advocacia sem que o profissional actue, sempre e escrupulosamente, em protecção dos valores patrimoniais (e outros, bem entendido) que o mandante lhe pede para acautelar.

Assunto: Relações com os clientes – Dever de Entrega de Valores – Direito de Retenção

Acórdão: Condenação na sanção disciplinar de Multa no montante de €1.000,00.

Relatório Final

Não havendo mais diligências probatórias a realizar, dou por finda a instrução e passo a deduzir **RELATÓRIO FINAL**, com proposta de pena a aplicar ao arguido, o Dr. (...), titular da cédula profissional nº (...).

1. RELATÓRIO

Iniciaram-se os presentes autos a 09 de Outubro de 2011 quando deu entrada neste Conselho de Deontologia proveniente do Conselho Geral da Ordem dos Advogados participação disciplinar, tendo como participante o Sr. (...) e como visado o Sr. Dr. (...), advogado, titular da cédula profissional nº (...) e, à data da participação, com escritório em (...).

A 08 de Fevereiro de 2012 foram apensadas as cópias extraídas do processo n.º (...) que corre termos no 2º Juízo do Tribunal Judicial d(...), por determinação oficiosa do instrutor.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

A 4 de Maio de 2012 mantendo-se os indícios da prática de infracção disciplinar e a necessidade de produzir prova para verificar todos os factos, foi proposto a conversão do processo de inquérito em processo disciplinar, nos termos do n.º 4 do art.º 139º do EOA.

Por deliberação datada de 25 de Maio de 2012 foi ratificada a «*proposta de conversão em processo disciplinar*», que no essencial assentou nos seguintes factos apresentados pelo participante (fls. 25):

- 01** Que recorreu aos serviços do visado para que este o auxiliasse na cobrança da quantia de €35.414,65 do seu devedor “(...)”;
- 02** Que no âmbito da acção executiva se logrou proceder à penhora de máquinas e ferramentas que, no dizer do visado, garantiam a cobrança da quantia exequenda”;
- 03** Que julga saber que o “*Tribunal decidiu a meu favor*”, mas que o seu Advogado lhe propôs que aceitasse um acordo de pagamento, em prestações trimestrais, no valor de dois mil euros, o qual aceitou;
- 04** Que nunca recebeu qualquer pagamento porque as prestações deviam ser efectuadas para a conta bancária do visado,
- 05** Que o Advogado lhe disse que só tinha recebido a 1ª prestação e, mesmo essa, não a devolveu ao participante;
- 06** Que nesta fase o visado o informou que (afinal) não existia nenhuma penhora sobre bens do executado;

Decidiu-se requerer a confiança do processo executivo, cujas cópias se encontram nestes autos e decorre da análise sumária deste, a verificação dos factos (entre outros factos) que aqui se apresenta:

- A.** Que a acção executiva existe (e correu termos no 2º juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca d(...), sob o n.º (...));
- B.** Que nesta foram desenvolvidas diligências para penhora de bens;
- C.** Que a sociedade executada deduziu embargos, os quais foram julgados improcedentes;
- D.** Que a representante do executado (pelo menos) requereu a prestação de fiança até ao montante de 45 mil euros, a qual foi deferida;
- E.** Que em 2008 (fls. 194 do apenso) “*uma vez que os autos estão parados há mais de um ano por falta de impulso processual do exequente*”, a instância foi declarada interrompida,
- F.** Que o acordo a que se alude no item 3 não consta do processo judicial;

A 17.02.2012 foi notificado o visado para se pronunciar sobre o teor da participação, o que este fez extemporaneamente. Na verdade, o visado após ter recebido o aludido expediente no dia 22.02.2012 apenas respondeu no dia 28.03.2012, quando o prazo terminara a 07.03.2013, ou seja, volvidos 21 dias.

Nela veio, sumariamente alegar em sua defesa:

- 01** Que foi mandatário do Sr. (...), aqui participante;
- 02** Que nunca acordou com o participante o valor dos honorários, nem das despesas documentadas e/ ou não documentadas qualquer quota litis;
- 03** Nega que o participante não tenha pago nenhum montante a título de honorários;
- 04** Alega ter cuidado com diligência, zelo e competência o assunto confiado e que a certidão dos processos judiciais para os quais foi mandatado é disso prova;
- 05** Que o seu mandato foi conferido com poderes especiais e tudo o que tramitou e transaccionou foi com a anuência do participante;



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

- 06** Alega que foi paga uma prestação do montante acordado nos autos e, que é de conhecimento do participante;
- 07** Que não foi contactado por nenhum colega de profissão no sentido de indagar a real situação dos factos apresentados;
- 08** Alega não ter como prática dar consultas pelo telefone, reforçando *“conforme AVISO bem visível no hall de entrada do mês escritório, SÓ com prévia marcação de agenda com a minha secretária D. (...)”*;
- 09** Que agendou e realizou várias consultas com o participante;

A 29 de Junho de 2012 deram entrada neste Conselho de Deontologia documentos apresentados pelo participante, em fls. 33 a 38.

A 17 de Julho de 2012 apresentou o, agora arguido, a sua defesa em fls. 39 e 40 sobre o despacho de conversão em processo disciplinar, alegando sumariamente em sua defesa:

- 01** Que foi verdade que foi notificado em prazo para se pronunciar sobre os factos que o participante, seu cliente apresentou;
- 02** Que dá como sendo verdade que em prazo e via carta registada (CTT) prestou esclarecimentos e informações necessárias, demonstrando disponibilidade para o fazer;
- 03** Que ficou surpreso do teor da notificação quando informado que *«... foi o visado notificado da participação e nada disse”*; e *“à mingua de colaboração do visado...”*;
- 04** Impugna as conclusões chegadas do despacho de acusação;
- 05** Que pronunciou-se sobre os factos participados pelo participante, juntando doc. 1 e 2 em anexo;
- 06** Que chegou a colaborar com a Ordem dos Advogados no passado, prestando toda colaboração;
- 07** Solicitou a revogação do parecer de conversão do processo de inquérito em processo disciplinar;

A 21 de Setembro de 2012, foi o arguido notificado do despacho em fls. 46 a 49 para vir esclarecer *«qual o destino do dinheiro que recebeu para pagamento da primeira prestação do acordo a que alude na sua resposta de fls. 27 e 28»*;

Foi ainda notificado o participante para vir esclarecer da resposta de fls. 27 e 28 *«se o participado se encontra a reter o montante da primeira prestação sem o seu consentimento»*;

A 1 de Outubro de 2012 deu entrada neste Conselho de Deontologia resposta do participante em fls. 51 e 52 ao despacho indicado supra, que sumariamente vem alegar:

- 01** Que não foi consultado quanto ao facto das prestações do acordo serem transferidas para o NIB do arguido, pois a ser assim, não teria qualquer controle sobre as mesmas;
- 02** Que em face disso, veio questionar o arguido sobre o ponto de situação, o qual o informou que havia sido transferido 1 (uma) das prestações;
- 03** Que por 2 (duas) vezes solicitou ao arguido para acertar contas do dinheiro da primeira prestação transferida – o que nunca viria acontecer;
- 04** Que a retenção por parte do arguido do valor de €2.000 relativo à primeira prestação não teve o seu consentimento;
- 05** Que em 04.10.2011 escreveu uma carta ao arguido a comunicar que dispensava os seus serviços a partir daquela data;



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

- 06** Que nessa mesma missiva solicitou apresentação de todas as contas, bem como a junção de toda a documentação do seu processo;
- 07** Que não obteve qualquer contacto do arguido nesse sentido;
- 08** Vem esclarecer quanto as fls. 27 e 28 no ponto 1 e 2 apresentado pelo arguido que *«foi acordado verbalmente que o Dr. (...) receberia 7,5% de todo o dinheiro que fosse recebido»*;
- 09** Que quanto ao ponto 3 da defesa do arguido *«é falso que até hoje não tenha pago um centimo de honorários»*, pois que nunca lhe fora apresentado qualquer conta para o efeito;
- 10** Que quanto ao ponto 4 da defesa do arguido, não vê na actuação como advogado, competência ou zelo, uma vez que efectuou uma penhora e depois uma segunda para libertar a primeira e *«quando questionado diz-me que não há penhora nenhuma»*;
- 11** Que pretende vir a ser ressarcido de toda a totalidade da dívida conforme decisão do Tribunal;

A 04.10.2012 o arguido respondeu ao despacho nos seguintes termos (fls. 55):

- 1.** Que recebeu o valor da 1ª prestação do acordo;
- 2.** Que ficou com tal valor e a destinou ao pagamento das despesas e custas judiciais *“ que já tinha pago”*; *“adiantamento/emprestando dinheiro (...) ao meu ex-cliente”*;
- 3.** Que o remanescente destinou-se a provisão de honorários;
- 4.** Que o participante sempre foi conhecedor do destino dado a tal verba e que deu o seu consentimento a tal.

2. ACUSAÇÃO

Finda a fase de instrução, foi deduzida ACUSAÇÃO nos termos e ao abrigo do disposto no art.º 147º do EOA (aprovado pela Lei n.º 15/2005, de 26.01) com os seguintes factos:

- 01** O arguido é mandatário de (...), tendo sido incumbido de levar a cabo a cobrança de uma letra no valor de 35.414,65€ a um cliente deste;
- 02** O arguido acordou com o participante que os seus honorários corresponderiam a 7,5 % de todo o dinheiro que fosse cobrado;
- 03** O arguido intentou a competente execução, a qual foi distribuída com o nº (...), no Tribunal Judicial d(...), 2º Juízo Cível;
- 04** Em 28.03.06 o Tribunal proferiu sentença absolvendo o participante dos embargos deduzidos pelo executado;
- 05** Após esta decisão, em data não concretamente apurada, o executado fez uma proposta para pagamento da dívida em prestações trimestrais de 2000€, a qual foi aceite;
- 06** O arguido, passados alguns meses sobre a data da celebração do acordo, informou o participante de que havia recebido o valor da primeira prestação;
- 07** O arguido, apesar de interpelado pelo participante, não lhe entregou, até hoje, a percentagem devida;
- 08** Em 04.10.2011, o participante remeteu ao arguido missiva, dando conta que não pretendia mais os seus serviços e, pedindo, novamente, ao participante que lhe apresentasse as contas finais;
- 09** O arguido não respondeu ao participante e continua a reter, até ao momento, de forma não consentida nem justificada, 92,5% do valor da prestação paga pelo executado, ou seja, 1.850€ (mil oitocentos e cinquenta euros);
- 10** O arguido agiu de forma livre, voluntária e consciente, bem sabendo que a sua conduta era proibida por lei, mantendo e, sua posse valores que são do seu cliente,



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

contra vontade deste, e que lhe veda a celebração de pactos de honorários com base em “quota litis”;

11 Com a conduta descrita nesta acusação, o arguido violou os arts. 83º/2, 84º e 96º n.º1 e 2, assim como o n.º 1 do art.º 101º do EOA;

A 12.11.2012 foi o arguido notificado do despacho de acusação, e aqui se dá integralmente como reproduzido.

A 20.11.2012 veio o arguido apresentar a sua defesa por escrito em fls. 64 e 65, com os seguintes fundamentos:

- a. Dá como sendo verdade os factos prolatados no número 1, 3 e 5 da acusação;
- b. Quanto aos restantes impugnou por não corresponderem à verdade;
- c. Que nunca o arguido acordou com o participante que os seus honorários correspondessem a 7,5% de todo o dinheiro que fosse cobrado;
- d. Que ao invés do que afirma o participante, este sabia, como sabe *ab initio*, que o valor recebido a título de provisão de honorários, não correspondia ao valor da conta final por ele a pagar;
- e. Que o arguido sempre informou, pessoalmente, nas várias consultas no seu escritório e até via telefone, todos os desenvolvimentos do processo em causa, desde logo, e imediatamente do valor recebido por conta da sua nota de honorários, do trabalho e diligências feitas nesse processo;
- f. Que exerceu o seu mandato sempre de forma célere, pessoal ou via telefone;
- g. Que o participante tinha conhecimento e deu consentimento ao arguido receber a quantia de €1.850,00, tendo por isso, esse mesmo valor sido adjudicado à nota de honorários dos assuntos confiados;
- h. O arguido sempre desenvolveu com zelo, dedicação e empenhamento o mandato que lhe foi conferido;
- i. e que por força da presente participação, nada mais lhe restou, que proceder à emissão da nota final de honorários;
- j. Que acabou por renunciar ao mandato, ficando expectante quanto ao pagamento da nota de honorários que apresentou ao participante;

Requeru-se a inquirição de 3 (três) testemunhas.

A 30 de Novembro de 2012, veio o arguido juntar aos autos nota final de honorários e comprovativo de renúncia do mandato conferido (fls. 69 a 73) datados de 28 de Novembro de 2012.

A 07 de Dezembro de 2012 o participante veio juntar outros documentos, nomeadamente cópia da missiva que remeteu ao arguido a 05 de Dezembro de 2012, cópia do ofício com pedido de provisão, cópia do acordo em prestações celebrado com o cliente do participante, a fls. 74 a 79.

A 17 de Dezembro de 2012 recebeu este Conselho de Deontologia requerimento do participante a requerer audiência para esclarecimento de alguns pontos do processo – fl. 81 - tendo tal sido indeferido.

Devidamente determinado, foram junto aos autos as declarações prestadas pelas testemunhas arroladas pelas partes (fls. 86, 87 e 90):

Testemunha, arrolada pelo participante:

- 1. Sr. (...), casado, com domicílio profissional na Rua d(...), (...), (...) refere que trabalhou 14 anos no escritório do participado mas que pouco sabe sobre os factos e apreciação neste processo disciplinar. Confirmou que viu o participante várias vezes no escritório do participado. Que nunca soube de nenhum caso em que o participado tivesse



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

combinado com o cliente receber os honorários em função de uma percentagem do valor cobrado.

Testemunhas arroladas pelo arguido:

1. Sra. (...), casada, residente na Rua d(...), (...) – (...) referiu que trabalhou 13 anos no escritório do participado. Confirmou os factos dos itens 1, 3 e 5 da Acusação. Confirmou a existência da proposta de acerto em prestações no valor unitário de 2.000 € (dois mil euros), o qual seria do conhecimento do participante;

2. Dr. (...), advogado com a cédula nº (...), com domicílio profissional na Rua d(...), na freguesia de (...), concelho de (...) referiu que, como estagiário e depois como advogado, trabalhou no escritório do participado entre Setembro de 2008 e Setembro de 2011. Que tomou conhecimento que o participante nunca entregou nenhuma provisão para despesas e honorários e que, a secretária do escritório lhe disse que o participante tinha acordado com participado que a 1ª prestação do acordo se destinava a pagar despesas e honorários.

Foi junta a ficha individual de advogado, activo, com pagamento de quotas, inscrito desde 19.10.2010, com registo disciplinar – a fls. 22 e 23. De facto, por acordo de 09.09.2003, já transitado para o processo disciplinar 179/2001-P/D foi aplicado ao arguido a pena de censura.

Os autos contêm todos os elementos para que seja proferida decisão.

3. DOS FACTOS PROVADOS

Da Acusação

01. O arguido é mandatário de (...), tendo sido incumbido de levar a cabo a cobrança de uma letra no valor de 35.414,65€ a um cliente deste;

02. O arguido intentou a competente execução, a qual foi distribuída com o nº (...), no Tribunal Judicial d(...), 2º Juízo Cível;

03. Em 28.03.06 o Tribunal proferiu sentença absolvendo o participante dos embargos deduzidos pelo executado;

04. Após esta decisão, em data não concretamente apurada, o executado fez uma proposta para pagamento da dívida em prestações trimestrais de 2000€, a qual foi aceite;

05. O arguido, passados alguns meses sobre a data da celebração do acordo, informou o participante de que havia recebido o valor da primeira prestação;

06. O arguido, apesar de interpelado pelo participante, não lhe entregou, até hoje, a percentagem devida;

07. Em 04.10.2011, o participante remeteu ao arguido missiva, dando conta que não pretendia mais os seus serviços e, pedindo, novamente, ao participante que lhe apresentasse as contas finais;

08. O arguido não respondeu ao participante e continua a reter, até ao momento, de forma não consentida nem justificada, 92,5% do valor da prestação paga pelo executado, ou seja, 1.850€ (mil oitocentos e cinquenta euros);

09. O arguido agiu de forma livre, voluntária e consciente, bem sabendo que a sua conduta era proibida por lei, mantendo e, sua posse valores que são do seu cliente, contra vontade deste;

Da Defesa

01. Que nunca o arguido acordou com o Participante que os seus honorários correspondessem a 7,5% de todo o dinheiro que fosse cobrado;

02. Que o arguido (após ter recebido a participação) procedeu à emissão da nota final de honorários.



03 Que (após a participação) renunciou ao mandato.

4. FUNDAMENTAÇÃO

A matéria de facto provada resulta, essencialmente, do confronto da participação disciplinar com a defesa produzida pelo arguido, da prova documental junta aos autos, designadamente das fotocópias da “Letra” em fls. 5; do “Termo de Penhora do Imóvel” em fls. 6; da “missiva enviada pelo participante a fls. 35; “renúncia do mandato”; “nota de honorários” a fls. 72 ss; “cópia do acordo de pagamento em prestações” a fls. 78 e 79;

Foi ainda essencial a consulta das cópias apensas a este processo, uma vez que se consegue aferir que o arguido intentou a competente acção executiva levada a cabo para cobrança de uma letra que o seu cliente tinha de um cliente deste.

Ficou provado que o participante foi absolvido dos embargos deduzidos pelo executado a fls 139 a 147.

Não menos relevante no sentido de reforçar a nossa convicção e que se revelou essencial foi a prova testemunhal vertida em fls. 86 a 90, ou seja, do Sr. (...) que trabalhou 14 anos com o arguido, pois uma vez que confirma a presença do participante no escritório do arguido, bem como enaltece que nunca teve conhecimento que o arguido alguma vez tivesse acordado com algum cliente receber os honorários em função de uma percentagem do valor cobrado.

Ficou provado através do depoimento da testemunha (...) em fls. 87 que o participante aceitou uma proposta de acordo apresentada pelo executado no montante de €2.000.

Da análise global da prova transparece que o arguido, a coberto do mandato judicial exercido, fez seu o dinheiro da 1ª prestação do acordo junto aos autos (fls. 78 e 79) que deveria ter entregue ao participante e, que após a retenção ilícita daquele montante, confrontou o cliente com os honorários calculados e com a devolução do dinheiro já subtraído deste – cfr. fls. 72 e 73.

A certeza e a segurança da remuneração, independentemente do resultado, preservam a liberdade e a independência do prestador de serviços e estimulam o sentido de responsabilidade.

Aliás a majoração ou minoração da remuneração, em função dos resultados obtidos, compensam o mérito e estimulam o sentido de inovação.

Na verdade, *in casu* e nas circunstâncias em apreço, o arguido não gozava do direito de retenção do referido montante.

Apesar disso, como a documentação evidencia, mesmo após tal valor ter sido reclamado pelo cliente e ter-lhe sido solicitada a apresentação de nota de honorários a (28.11.2012), o arguido não o fez.

Aliás como bem se demonstra que o arguido na sua nota de honorários discrimina o montante de €1.850 como «*valor recebido e retido conforme acordo até final do processo*» - cfr. fls. 73.

O arguido não procedeu à devolução do dinheiro que *motu proprio* retivera ilicitamente para honorários sem consentimento do participante.

5. QUALIFICAÇÃO E GRAVIDADE DA CONDUTA

Na acusação imputava-se ao arguido a prática de infracção disciplinar pelo facto de a sua conduta violar os deveres deontológicos previstos no disposto nos arts. 83º, n.º 2; 84º; 96º, n.º1 e n.º2, assim como o n.º1 do art.º 101º do EOA na redacção dada pela Lei 15/2005 de 26 de Janeiro e em vigor à data da prática dos factos.

A sua conduta é punível disciplinarmente.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

Em face da factualidade apurada, resulta evidente que o arguido, com a sua conduta, violou com culpa, os deveres ínsitos nas disposições legais supra elencadas.

In casu, podemos concluir com alguma segurança que, com a conduta que voluntariamente adoptou o arguido se locupletou com o valor que lhe fora confiado para ser entregue ao seu cliente, não tendo apresentado regular e a tempo a respectiva nota de honorários, antes optando por fazer seu tal valor e pagar-se com ele dos seus honorários, à revelia da vontade do seu cliente, quando em primeira linha deveria ter restituído o montante mal o recebera.

Aliás, a conduta apurada demonstra que o arguido não entregou, como lhe competia *ab initio* o valor devido ao cliente.

O que não fez, antes procurou locupletar-se em detrimento, ou prejuízo, do participante.

Sucede que mesmo após a interpelação o comportamento do arguido não passou a ser correcto e respeitador dos deveres deontológicos consignados estatutariamente.

O facto de o arguido se ter lembrado de abater o montante da 1ª prestação do acordo em prestações estabelecendo *per si* o aproveitamento a título de honorários, parece ser clara que a sua conduta é reveladora em nada adequada com a dignidade e responsabilidade do exercício da profissão, prejudicando os fins e o prestígio da Ordem dos Advogados.

Ao não cumprir escrupulosamente os deveres consignados no Estatuto, é patente que o arguido cometeu as infracções de que vinha acusado. Em qualquer relação social e/ou profissional as boas contas revelam as boas pessoas e as boas relações.

Ora, como é *praxis* em qualquer relação social e/ou profissional, assume particular relevo no exercício do advocacia onde, justamente, o cliente começa por confiar ao advogado, não se vislumbrando existir relações profissionais de advocacia sem que o profissional actue, sempre e escrupulosamente, em protecção dos valores patrimoniais (e outros, bem entendido) que o mandante lhe pede para acautelar.

Esta essencialidade não vive com o desvio que os factos apurados permitem perceber. Por isso, a conduta aqui em análise afecta de forma muito grave elementos basilares da deontologia profissional e merece ser censurada.

6. PROPOSTA DE DECISÃO

Cumpra agora determinar a medida da pena a aplicar ao arguido e, para tal, há que atender que por acórdão deste Conselho de Deontologia de, 9 de Setembro de 2003, foi aplicada uma pena disciplinar.

A questão que *ab initio* se levanta nos presentes autos, trata-se de saber se o arguido celebrou ou não com o seu cliente um pacto de *quota litis* antes da conclusão definitiva da questão.

Entende-se por «*quota litis* o direito a honorários fique exclusivamente dependente do resultado obtido na questão e em virtude do qual o constituinte se obrigue a pagar ao advogado parte do resultado que vier a obter, quer este consista numa quantia em dinheiro, quer em qualquer outro bem ou valor» - tal como determina a disposição legal prevista no art.º 101º do EOA, tal não se conseguiu provar.

Ainda de acordo com o disposto no ponto 1.2.1 do C.D.A.E «*as regras profissionais e deontológicas aplicáveis ao advogado estão adequadas a garantir, através da sua espontânea observância, o exercício correcto de uma função que é reconhecida como indispensável de ser objecto de sanções disciplinares*».

A deontologia é o timbre da Advocacia, podendo sem dúvida afirmar-se que os advogados só poderão desempenhar a sua função social desde que se revelem capazes de merecer a confiança



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

individual e colectiva que o seu papel impõe, implicando competência, idoneidade, qualidades de trabalho e correcção.

Lembremo-nos que «*o prestígio da Ordem é alicerçado no prestígio dos seus membros. E a falta cometida por um atinge-os a todos*» - ANTÓNIO ARNAUT – Iniciação à Advocacia, Coimbra Editora, 10ª edição, pág. 90.

O arguido na sua defesa alegou que «*nunca acordei sobre valor de honorários, despesas documentadas e/ou não documentadas qualquer quota litis*».

Ora, na verdade, tal não resultou provado. De facto, o participante não logrou carrear para os autos prova de que celebrou tal acordo (7,5% de todo o dinheiro cobrado) ou *pacto quota litis*.

O que se logrou prova é que o arguido, com a sua conduta, violou com dolo os deveres supra descritos ao reter o montante da 1ª prestação do acordo em prestações em causa.

O advogado é indispensável à administração da justiça e, como tal, deve ter um comportamento público e profissional com base em princípios gerais como a honestidade, probidade, rectidão, lealdade, cortesia, sinceridade, obrigações profissionais que dignificam o exercício da profissão.

Ora, quanto ao *direito de retenção* ao abrigo do nº 3 do art.º 96º do E.O.A., a verdade é em momento algum pode o advogado fazer-se «*pagar pelas suas próprias mãos*» constituindo assim infracção disciplinar “*para se pagar como honorários cuja conta não tenha sido aprovada pelo constituinte*» - Ac. do Conselho Superior de 04.10.1974 na ROA, 45ª, pág. 876.

Ainda sobre o direito de retenção este «*não confere ao advogado o direito ao auto pagamento*» - vd. Carlos Mateus - Honorários - Verbo Jurídico – Compilações, pág. 2.

http://www.verbojuridico.com/doutrina/2011/carlosmateus_honorarios.pdf

Mais, não pode igualmente o advogado “*que tenha cobrado um crédito em dinheiro do seu constituinte remeter-lhe a conta de honorários e, sem o seu acordo, deduzir estes no montante do crédito cobrado para lhe remeter apenas o saldo apurado*” – Ac. Conselho Superior de 17.06.1983 na ROA, n.º 43, pág. 853.

Todo o exercício da profissão deve ser pautado pela independência, abstendo-se de negligenciar a deontologia profissional, bem como prestar conta ao cliente de todos os valores deste que tenha recebido, qualquer que seja a sua proveniência e, quando cesse a representação deve restituir ao cliente os valores que se encontrem na sua posse.

Face a todo o supra exposto, a conduta do advogado mancha a reputação dos Advogados e da Ordem dos Advogados e por isso não poderá ficar impune.

Nos termos do artigo 126º do EOA, na aplicação das penas deve atender-se aos antecedentes profissionais e disciplinares do arguido, ao grau de culpabilidade, às consequências da infracção e todas as demais circunstâncias agravantes e atenuantes.

No caso concreto, não milita contra o arguido qualquer circunstância agravante e deve atender-se à alínea c) do art.º 127º do EOA dado que o arguido não tem registo disciplinar no período superior a 5 (cinco) anos, uma vez que a pena de censura remonta a 2003.

Tudo visto e ponderado propõe-se a aplicação ao arguido uma pena que em conjugação com os artigos 125º e 126º, do EOA, se propõe que seja aplicada a pena de *multa* prevista na alínea c) do n.º1 do art.º 125º do actual E.O.A que, nos termos do art.º 126º, se fixa em € 1.000€ (mil euros).

Cumulativamente, ao arguido impõe-se a restituição ao participado da quantia de €2.000 (dois mil euros) que ilicitamente reteve, nos termos do n.º 3 do art.º 125º do E.O.A.



ORDEM DOS ADVOGADOS

Jurisprudência da OA

O Relator,
Nuno Cerejeira Namora

“Deliberam os membros da 1ª Secção do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados em perfilhar o parecer que antecede, nos termos e pelas razões dele constantes e que aqui se dão por inteiramente reproduzidas, e, em consequência, mandam aplicar a pena de multa fixada no montante de € 1.000 (mil euros) ao Sr. Dr. (...), titular da cédula profissional nº (...) por violação, com culpa os deveres deontológicos previstos no disposto nos arts. 83º, n.º 2; 84º e 96º, n.º1 e n.º2, do EOA. Cumulativamente impõe-se a restituição pelo arguido ao participante da quantia de € 2.000 (dois mil euros) que ilicitamente reteve, nos termos do n.º 3 do art.º 125º do EOA.